



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

OBJETO

Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo, com entregas parceladas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, conforme quantidades e especificações técnicas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$: 4.966.338,36 (Quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **29/06/2026** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

Sumário

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026.....	3
1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DO TERMO DE CONTRATO	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DO REAJUSTE	17
13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
14. DOS RECURSOS	19
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026
(Processo Administrativo nº 2015/2026-E)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Queimados, por meio da Comissão Permanente de Licitações, Materiais e Obras (CPLMSO), sediado a Rua Mário Pati Júnior 164-338, Fanchem – Queimados, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais 2.893/2023, 2.895/2023 e 2.896/2023, todos de 09/03/2023, e demais legislação aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo, com entregas parceladas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, conforme quantidades e especificações técnicas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015. bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

- 5.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.5 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário para o item e valor total para o item;

6.1.2 descrição detalhada do objeto, contendo as informações que detalham a similaridade do objeto ofertado ao descrito no como de interesse em adquirir/contratar, por parte da Administração. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.1.3 O licitante *não* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência

7.18.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.4 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.5 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.6 empresas brasileiras;

7.20.7 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.8 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

7.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.1.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou outro meio idôneo.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.4 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas para:

9.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de dez dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

10.4. encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento

10.5. disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou

10.6. outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração

10.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.7.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021

10.7.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.7.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.8. Os prazos dos itens 10.2, 10.4, 10.5, e 10.6, poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.9. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.10. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de dez dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser utilizada imediatamente após sua assinatura e publicação, observadas as disponibilidades orçamentárias, a conveniência administrativa e as necessidades efetivas da Administração Pública, na forma estabelecida no termo de referência e nas quantidades estabelecidas em anexo a este edital.

12. DO REAJUSTE

12.1. Nos termos da Lei nº 14.133/21, em especial o art. 92, inciso V, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato

12.2. O reajuste será aplicável após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data-base do orçamento, ou seja, data informada pela Superintendência Central de Compras / SEMAC, a saber: 28 de abril de 2026,



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

conforme previsto no caput do referido artigo, e será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136, I da Lei nº 14.133/21, por se tratar de alteração que não modifica o conteúdo contratual.

12.3. Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá apresentar solicitação formal, acompanhada de memória de cálculo detalhada e comprovação da variação acumulada do INCCDI no período, para análise e manifestação da Administração.

12.4. O reajuste observará a seguinte fórmula:

$$\text{FATOR} = I / I_0$$

$$R = P_0 \times \text{FATOR}$$

Onde:

- R = Valor reajustado; • I_0 = INCC-DI referente ao mês da data-base do orçamento (Data informada pelo SCC / SEMAC);
- I = INCC-DI referente ao mês correspondente ao período de 12 (doze) meses após a database do orçamento, ou aos subsequentes períodos anuais;
- P_0 = Preço unitário constante da planilha orçamentária apresentada pela licitante vencedora

12.5. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou indisponibilidade do INCC-DI, será adotado índice oficial que melhor reflita a variação dos custos da construção civil, nos termos da legislação vigente

12.6. Em caso de itens não constantes do catálogo de referência adotado, será utilizado valor de mercado obtido mediante a média de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, aplicando-se o mesmo desconto percentual ofertado pela licitante vencedora.

12.7. O reajuste será aplicado exclusivamente aos itens contratados, mantendo-se os mesmos critérios, composições e descontos ofertados pela licitante vencedora, inclusive na hipótese de inclusão de novos itens por termo aditivo.

12.8. Não haverá aplicação de repactuação, sendo vedado o reajuste com base em convenções coletivas ou encargos sociais, por não se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

13.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13.3.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.3.4 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.3.5 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

15.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6 fraudar a licitação;

15.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

15.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplmso.semac@queimados.rj.gov.br;

16.4. Alternativamente, a impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados no Portal de Compras Públicas, em campo específico.

16.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=4>

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.11.1 Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

17.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

17.11.2 Anexo II – Planilha de Preços Máximos;

17.11.3 Anexo III – Planilha de Quantidades da Possível Utilização Imediata;

17.11.4 Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

17.11.5 Anexo V – Minuta de Termo de Contrato;

17.11.6 Anexo VI – Modelo de Proposta de Preços;

17.11.7 Anexo VII - Modelo de Declaração de Ausência de Parentesco;

17.11.8 Anexo VIII – Modelo de Ordem de Fornecimento;



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO SOLICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SEMCONSESP.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura contratação de empresa para fornecimento contínuo, com entregas parceladas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP**, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento.

2.2. O objeto enquadra-se como **fornecimento de bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/21, sendo adotada a modalidade **Pregão Eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços**, permitindo o fornecimento contínuo e parcelado dos materiais, conforme as necessidades operacionais da Administração.

2.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, desde que devidamente justificada, por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do memorando de início, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O presente termo tem por justificativa a necessidade da contratação de empresa para fornecimento contínuo de materiais de consumo e materiais de construção para atender à demanda dos serviços de manutenção das vias públicas realizados pela equipe da SEMCONSESP, uma vez que o Município não dispõe de nenhum dos itens aqui listados (item 4 deste Termo de Referência). A utilização desses materiais é fundamental para a execução de várias atividades, tais como:

3.1.1. **Serviço de Ligação de Esgoto:** Realizamos a correção de manilhas obstruídas ou danificadas nas redes de esgoto, assegurando que o sistema funcione de maneira eficiente.

3.1.2. **Bueiro Entupido:** Oferecemos serviços de desobstrução de redes de esgoto, onde constatamos que 80% dos casos envolvem manilhas quebradas ou canos danificados.

3.1.3. **Implantação de Bueiro:** Este serviço abrange a recuperação de caixas de passagem danificadas ou a instalação de novas caixas, visando otimizar o escoamento das águas pluviais.

3.1.4. **Tratamento de Esgoto a Céu Aberto:** Envolve a recuperação da rede de microdrenagem, atuando na prevenção de vazamentos e na eliminação de materiais indesejados.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

3.1.5. Patrolamento: Serviço destinado à recuperação da base de estradas vicinais, com o objetivo de melhorar as condições de trafegabilidade. Consiste na remoção de bacias d'água e no nivelamento da via, garantindo um percurso mais seguro e eficiente. Os serviços têm a necessidade de reposição de material (brita, pó de pedra e outros) em toda a sua extensão de vias em retornos periódicos.

3.2. Cumpre destacar que o Município de Queimados é frequentemente afetado por eventos de precipitação pluviométrica intensa, especialmente nos períodos de maior incidência de chuvas ao longo do ano, o que ocasiona impactos diretos na infraestrutura urbana.

3.3. As chuvas provocam, com frequência, alagamentos, erosões em vias não pavimentadas, obstrução de sistemas de drenagem, deslocamento de materiais granulares, rompimento de manilhas, danos em caixas de passagem e bueiros, além da deterioração acelerada de dispositivos de escoamento de águas pluviais.

3.4. Tais situações exigem intervenções rápidas e recorrentes por parte das equipes operacionais da SEMCONSESP, demandando a reposição constante de materiais de consumo e construção para a realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva na malha viária e nos sistemas de drenagem urbana.

3.5. Dessa forma, a aquisição dos materiais previstos neste Termo de Referência mostra-se indispensável para garantir a capacidade de resposta da Administração Pública frente às demandas emergenciais e rotineiras decorrentes das condições climáticas, assegurando a continuidade dos serviços públicos de conservação e manutenção da infraestrutura urbana do Município.

3.6. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DE CONSTRUÇÃO (brita, pó de pedra, areia fina, Pedra de Mão (Rachão), etc.) reveste-se de urgência e importância para a manutenção e melhoria da infraestrutura urbana, garantindo a qualidade dos serviços prestados, a preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente.

3.7. A inclusão do item Pedra de Mão (Rachão) justifica-se por sua utilização essencial em obras de drenagem urbana, contenção de taludes, estabilização de base e sub-base de vias não pavimentadas e em sistemas de escoamento de águas pluviais, sendo material indispensável para formação de camadas drenantes e prevenção de alagamentos, erosões e falhas estruturais.

3.8. A inclusão de materiais metálicos e de madeira na presente contratação justifica-se pela necessidade de execução de pequenas estruturas de concreto, reforços estruturais, formas de concretagem e serviços auxiliares de manutenção urbana, frequentemente realizados pelas equipes operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP.

3.9. Tais materiais são amplamente utilizados em intervenções relacionadas à recomposição de caixas de drenagem, construção e recuperação de tampas de concreto, pequenas bases estruturais, contenções e reparos em elementos de infraestrutura urbana, sendo indispensáveis para garantir a adequada execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva em vias públicas e dispositivos de drenagem.

3.10. A disponibilidade desses insumos permite maior agilidade na execução dos serviços, redução de custos operacionais e diminuição da dependência de contratações externas para intervenções de pequeno porte, possibilitando que as próprias equipes da SEMCONSESP realizem os reparos necessários de forma mais eficiente e econômica.

3.11. Os vergalhões de aço das classes CA-50 e CA-60 são materiais estruturais amplamente utilizados em obras de concreto armado, conforme normas técnicas da ABNT NBR 7480, sendo indispensáveis para a execução de estruturas com resistência mecânica adequada.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

3.12. No âmbito das atividades da SEMCONSESP, tais materiais são utilizados na confecção e reforço estrutural de caixas de drenagem, pequenas fundações, bases de apoio e elementos estruturais em concreto, garantindo maior durabilidade e segurança às estruturas executadas.

3.13. As diferentes bitolas são necessárias para atender às variadas aplicações estruturais, conforme descrito a seguir:

- a) **Aço CA-50 (1/2" ou 12,5 mm)** – utilizado em estruturas que exigem maior resistência mecânica, como bases estruturais, reforço de caixas de drenagem e estruturas de concreto de maior porte;
- b) **Aço CA-50 (3/8" ou 10 mm)** – empregado em armaduras estruturais de médio porte, reforços estruturais e execução de pequenas fundações e tampas de concreto;
- c) **Aço CA-50 (5/16" ou 8 mm)** – utilizado em armações secundárias, reforços de estruturas menores e elementos estruturais auxiliares;
- d) **Aço CA-60 (1/4" ou 6,3 mm)** – amplamente empregado na fabricação de **estribos, amarrações e reforços de armaduras**, contribuindo para a estabilidade estrutural das peças de concreto;
- e) **Aço CA-60 (3/16" ou 4,2 mm)** – utilizado principalmente em **amarrações, confecção de estribos leves e reforços auxiliares**, garantindo adequada fixação das armaduras.

3.14 Os materiais de madeira, como **sarrafo de pinus e tábuas**, são amplamente utilizados na **confecção de formas para concretagem**, escoramentos e estruturas provisórias necessárias à execução de pequenas obras e intervenções de manutenção urbana. Sua utilização é essencial para garantir o correto **molde e sustentação do concreto durante o processo de cura**, possibilitando a execução adequada de tampas de caixas de drenagem, pequenas bases estruturais e outros elementos em concreto.

- a) **Sarrafo de Pinus 10 cm** – utilizado para montagem de estruturas de suporte, escoramentos e armação de formas de concreto;
- b) **Sarrafo ou tábua de 30 cm** – utilizado na montagem de formas para concretagem de tampas, caixas de drenagem e outros elementos estruturais executados pelas equipes da Secretaria.

3.15 A inclusão desses materiais na contratação permite maior **autonomia operacional das equipes da SEMCONSESP**, garantindo maior eficiência na execução de serviços de manutenção urbana e redução do tempo de resposta às demandas da população.

3.16 Considerando que as atividades de manutenção urbana possuem carácter **contínuo e permanente**, envolvendo intervenções frequentes na rede de drenagem, microdrenagem, pavimentação, recomposição de vias e manutenção de equipamentos urbanos, torna-se necessária a **disponibilização contínua de materiais**, com entregas parceladas ao longo da vigência do contrato, garantindo a pronta resposta às demandas da população e a regularidade na prestação dos serviços públicos.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

Item	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qtde (T)
1	Pedra de Mão (RACHÃO)	tonelada (t)	600
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	tonelada (t)	600
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	tonelada (t)	300
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	tonelada (t)	50
5	Brita Corrida	tonelada (t)	15.000
6	Pó de Pedra	tonelada (t)	120
7	Areia Fina Industrial	tonelada (t)	100



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

8	Areia Lavada	tonelada (t)	900
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unid.	5.100
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unid.	1.200
11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)	metro (m)	300
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)	metro (m)	300
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	quilograma (kg)	200
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	quilograma (kg)	1.000
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	quilograma (kg)	1.000
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	quilograma (kg)	500
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	quilograma (kg)	500
18	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 30 cm	unid.	400
19	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	unid.	400
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	metros(m)	300
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	metros(m)	3.500
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	metros(m)	4.000
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	metros(m)	300
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	metro (m)	100
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	metro (m)	100
26	Cimento CP III	SC.	4.000
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unid.	600
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unid	2.000
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unid	2.000

5. DA TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

5.1. Ao longo dos últimos 12 (doze) meses, registramos um total de 846 (oitocentos e quarenta e seis) pedidos no sistema COLAB, o que resulta em uma média de 71 (setenta e um) pedidos por mês. Essa quantidade de material solicitada reflete as demandas essenciais para o funcionamento eficaz das equipes responsáveis pela execução das atividades do COLAB, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

5.2. Esses dados foram confrontados com os processos anteriores 0849.2021.20, 1995.2022.20, 5657.2023.20, de forma a projetar o quantitativo razoável para que as atividades desenvolvidas pela SEMCONSESP possam atender as demandas deste Município com os serviços elencados no item 3.1.1 ao 3.1.6.

5.3. Ressalta-se que, além da análise da série histórica de demandas registradas no sistema COLAB e dos processos administrativos anteriores, a estimativa de consumo também considerou **fatores operacionais e ambientais que impactam diretamente a infraestrutura urbana do Município**, especialmente a ocorrência de períodos de chuvas intensas.

5.4. Durante esses períodos, verifica-se aumento significativo das demandas relacionadas à **manutenção de drenagem urbana, desobstrução de bueiros, recomposição de vias não**



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

pavimentadas, substituição de manilhas danificadas e recuperação de estruturas comprometidas por erosões e alagamentos, o que eleva a necessidade de utilização de materiais de construção e insumos operacionais pelas equipes da SEMCONSESP.

5.5. Assim, os quantitativos estimados refletem não apenas o consumo histórico, mas também a **variabilidade das demandas decorrentes de fatores climáticos**, garantindo que a Administração disponha de materiais suficientes para atender às necessidades da população e assegurar a adequada manutenção da infraestrutura urbana.

6. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor estimado do registro de preços é de **4.966.338,36 (Quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)**, obtido por meio de pesquisa de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

6.2. Ressalta-se que o referido valor possui **caráter meramente estimativo**, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, uma vez que as aquisições ocorrerão conforme a necessidade, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.3. As despesas com a execução da presente aquisição correrão por conta de recursos da SEMCONSESP, na forma abaixo apresentada:

FICHA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
2510	35.101.15.452.0022.2.083	3.3.90.30.00.00	704

7. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

7.1. O procedimento licitatório será realizado na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21 e Decretos Municipais nº 2.895/23 e 2.896/23.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Exigir-se-á dos interessados, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/21 exclusivamente, documentação relativa à:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-financeira e;
- d) Qualificação Técnica.

8.2. Habilitação jurídica:

8.2.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.2.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Federais expedida pela Receita Federal (RFB), e Dívida Ativa da União da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Contribuição Previdenciária e às de Terceiros (RFB) da sede da licitante;

8.3.3. Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

8.3.4. Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo de débito do Município do domicílio ou onde se encontra a sede da empresa;

8.3.5. Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Município da Sede da licitante;

8.3.6. Prova de Regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei n 5.452/43.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Certidões Negativas de Falências ou Recuperação Judicial expedidas pelos Distribuidores da sede. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária;

8.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.4.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.4.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um), obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC=

Passivo Circulante

8.4.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.4.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

8.4.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

8.4.6. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/06, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.4.7. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às exigências do item que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicada das sanções cabíveis.

8.4.8. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menores valores cujas retiradas sejam suficientes para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.5. Da Qualificação Técnica:

8.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde o licitante comprove que vendeu, entregou no prazo contratual o produto ofertado.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

9.1 O fornecimento será prestado, sob demanda, mediante ordem de fornecimento (OF), de acordo com o pedido da SEMCONSESP, que indicará horário e local da entrega, conforme o modelo de ordem de fornecimento.

9.2 Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o prazo para entrega dos materiais será de **até 05 (cinco) dias úteis**, devendo a entrega ser efetuada no Almoxarifado da SEMCONSESP, localizado na Rua Félix, nº 1581, Vila do Tinguá, Queimados/RJ

9.3 O objeto deverá estar de acordo com as especificações descritas no item 4 do presente Termo de Referência, que atende o art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

9.4 As embalagens não poderão conter sinais de violação, emendas ou rasuras de qualquer tipo, bem como não serão aceitas se estiverem rasgadas ou amassadas, ou fora do padrão do fabricante.

9.5 Será recusado o objeto que for entregue com especificações diferentes das contidas neste instrumento, ficando a cargo do fornecedor registrado sua reposição por outro de acordo com as especificações, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da recusa, sem qualquer ônus para a Administração, e sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.6 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar à SEMCONSESP solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

9.7 Em caso de recusa ou impossibilidade de cumprimento da contratação pelo fornecedor registrado, a Administração poderá convocar os demais licitantes classificados na Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação.

9.8 O contratado deverá respeitar o critério de desempenho logístico, considerando a natureza do objeto, que envolve o fornecimento contínuo e sob demanda de materiais essenciais à manutenção da infraestrutura urbana, cujas intervenções estão frequentemente associadas a situações emergenciais e eventos climáticos imprevisíveis, o desempenho logístico da contratada constitui requisito indispensável à adequada execução contratual. Nesse sentido, a contratada deverá garantir a entrega dos materiais no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, incluindo todos os custos logísticos, transporte, carga e descarga, independentemente de sua localização geográfica. A Administração poderá, mediante justificativa técnica, estabelecer prazos inferiores para atendimento de demandas emergenciais. Ressalta-se que não será exigida localização prévia da empresa, sendo suficiente a demonstração de capacidade operacional para cumprimento dos prazos estabelecidos, de modo a assegurar a observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10 ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – DEMANDA REPRIMIDA

10.2 A Ata de Registro de Preços decorrente do presente processo poderá ter utilização imediata após sua assinatura, considerando a inexistência de saldo contratual vigente e o esgotamento dos estoques de materiais ao final do exercício de 2024, bem como a continuidade



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, identifica-se a existência de demanda reprimida, caracterizada pelo acúmulo de necessidades de atendimento não supridas no período recente.

10.3 Com base no levantamento realizado a partir dos registros do sistema COLAB, dos processos administrativos anteriores e da média histórica de consumo mensal, estimou-se a necessidade de uma utilização inicial da Ata de Registro de Preços, destinada à recomposição do estoque mínimo operacional e ao atendimento imediato das demandas acumuladas.

10.4 A referida estimativa foi elaborada considerando:

- a) a média mensal de atendimentos registrados (aproximadamente 71 solicitações/mês);
- b) o período em que a Secretaria permaneceu sem cobertura contratual vigente;
- c) a ausência de estoque mínimo de materiais essenciais;
- d) o aumento sazonal das demandas decorrentes de eventos climáticos, especialmente no período chuvoso;
- e) a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos de manutenção urbana.

10.5 Dessa forma, estima-se que a utilização inicial da Ata poderá corresponder a até 40% dos quantitativos totais registrados, conforme detalhado em planilha de memória de cálculo constante dos anexos deste Termo de Referência.

10.6 Ressalta-se que tal estimativa não representa obrigatoriedade de contratação, tratando-se de mera projeção inicial baseada em critérios técnicos e operacionais, podendo as aquisições ocorrer de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, nos termos do Sistema de Registro de Preços previsto na Lei nº 14.133/2021.

11 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

11.2 Entregar o objeto em conformidade com as especificações e quantitativos constantes dos Quadros Demonstrativos deste Termo de Referência e do respectivo contrato administrativo, observando os prazos e locais estabelecidos.

11.3 Comunicar a Contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir o fornecimento do objeto.

11.4 Assumir integral responsabilidade por danos causados às Secretarias e Órgãos solicitantes ou a terceiros, decorrentes da utilização de produtos adulterados, ou com qualquer irregularidade que comprometa sua utilização, isentando a Prefeitura Municipal de Queimados de todas as reclamações que possam surgir.

11.5 Atender fielmente o objeto desse Termo de Referência, em acordo com itens e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, na proposta de preços, na Ata de Registro de Preços, nos anexos ou discriminatórios técnicos, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagradas e pertinentes ao caso.

11.6 O fornecimento do objeto deverá ser procedido por conta do fornecedor registrado, assim como todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, ou quaisquer outras que incidam ou venham incidir decorrentes do fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, com fulcro no art. 34 da Lei nº 14.133/21.

11.7 Os preços ofertados deverão considerar o regime de entrega CIF destino, incluindo transporte, carga e descarga no local indicado pela Administração.

11.8 O fornecimento deverá ser conforme solicitação da contratante, devendo a empresa vencedora efetuar a entrega do material solicitado pela SEMCONSESP em até 05 (cinco) dias



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

úteis, na forma estabelecida no Cronograma de Entrega, que compõe o Anexo III deste Termo de Referência.

11.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código Defesa do Consumidor, em especial os artigos 12, 13, 18 e 26.

11.10 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos, desde que o fornecedor registrado se manifeste neste sentido em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificada pela Administração.

11.11 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

11.12 Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.13 Possuir estrutura logística compatível com o fornecimento dos materiais nas quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.2 Além das obrigações contidas nesse instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, obrigar-se-á:

12.3 Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

12.4 Acompanhar a entrega dos materiais e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade do fornecedor registrado, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

12.5 A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionários da Secretaria ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado;

12.6 Acompanhar e fiscalizar a execução da entrega, bem como atestar a Nota Fiscal;

12.7 Efetuar o pagamento no tempo e forma estabelecidos neste termo;

12.8 Proporcionar o que for necessário para que a entrega seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência;

12.9 Comunicar ao fornecedor registrado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.10 Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

13 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.2 Caberá ao contratante por servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todos os serviços prestados.

13.3 A contratada declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários, desde que previstos no Termo de Referência e Edital

13.4 É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste Termo de Referência e Edital, nas especificações e quantidades, em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com o objeto do presente Termo de Referência

13.5 A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da contratada no que concerne à prestação dos serviços e as consequências e implicações próximas ou remotas, perante o contratante ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento do objeto não implica em co-responsabilidade do contratante ou de seus prepostos.

14 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

14.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

14.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

14.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

14.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

14.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

14.7 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

14.8 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

14.9 Deverá ainda ser observado o Decreto Municipal nº 2890/2023, em especial o Capítulo III, que trata da “Gestão e Fiscalização dos Contratos”.

15 DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.2 Nos termos da Lei nº 14.133/21, em especial o art. 92, inciso V, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.3 O reajuste será aplicável após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data-base do



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

orçamento, ou seja, data informada pela Superintendência Central de Compras / SEMAC, conforme previsto no caput do referido artigo, e será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136, I da Lei nº 14.133/21, por se tratar de alteração que não modifica o conteúdo contratual.

15.4 Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá apresentar solicitação formal, acompanhada de memória de cálculo detalhada e comprovação da variação acumulada do INCC-DI no período, para análise e manifestação da Administração.

15.5 O reajuste observará a seguinte fórmula:

$$\text{FATOR} = I / I_0$$
$$R = P_0 \times \text{FATOR}$$

Onde:

- **R** = Valor reajustado;
- **I₀** = INCC-DI referente ao mês da data-base do orçamento (Data informada pelo SCC / SEMAC);
- **I** = INCC-DI referente ao mês correspondente ao período de 12 (doze) meses após a data-base do orçamento, ou aos subsequentes períodos anuais;
- **P₀** = Preço unitário constante da planilha orçamentária apresentada pela licitante vencedora.

15.6 Na hipótese de extinção, descontinuidade ou indisponibilidade do INCC-DI, será adotado índice oficial que melhor reflita a variação dos custos da construção civil, nos termos da legislação vigente.

15.7 Em caso de itens não constantes do catálogo de referência adotado, será utilizado valor de mercado obtido mediante a média de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, aplicando-se o mesmo desconto percentual ofertado pela licitante vencedora.

15.8 O reajuste será aplicado exclusivamente aos itens contratados, mantendo-se os mesmos critérios, composições e descontos ofertados pela licitante vencedora, inclusive na hipótese de inclusão de novos itens por termo aditivo.

15.9 Não haverá aplicação de repactuação, sendo vedado o reajuste com base em convenções coletivas ou encargos sociais, por não se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

16 DO PAGAMENTO

16.2 O pagamento será atrelado a apresentação da seguinte documentação por parte do fornecedor registrado:

16.3 Solicitação de pagamento, assinada pelo representante legal, com carimbo CNPJ da empresa;

16.4 Nota fiscal.

16.5 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, sendo liberado após a conferência e aprovação da Secretaria requisitante.

16.6 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

16.7 Para receber seus créditos o fornecedor registrado deverá comprovar as regularidades



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

16.8 Documentos de regularidade fiscal, constatada através de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

16.9 Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Federais expedida pela Receita Federal (RFB), e Dívida Ativa da União da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Contribuição Previdenciária e às de Terceiros (RFB) da sede da licitante.

16.10 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.

16.11 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo de débito do Município do domicílio ou onde se encontra a sede da empresa.

16.12 Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Município da Sede da licitante.

16.13 Certidão conjunta da Procuradoria Tributária e Dívida Ativa com a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município de Queimados acerca da existência ou não de débitos em nome do licitante, considerando a vedação dos artigos 85 e 109 do Código Tributário Municipal.

16.14 Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

16.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, ou certidão positiva com efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.16 Certidões Negativas de Falências ou Recuperação Judicial expedidas pelos Distribuidores da sede. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.2 O objeto será recebido:

17.2.1 Provisoriamente em até 05 (cinco) dias corridos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, pela Comissão de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

17.2.2 Definitivamente em até 05 (cinco) dias corridos, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pela Comissão de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, salvo se houver necessidade de prazo maior para testes ou verificação técnica.

18 DAS DEMAIS DESPESAS

18.2 O preço proposto compreenderá todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza, resultante do fornecimento, com fulcro no art. 34 da Lei nº 14.133/21.

19 DAS PENALIDADES



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

19.2 O CONTRATADO inadimplente estará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.3 O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

19.3.1 Advertência por escrito;

19.3.2 Multa;

19.3.3 Impedimento de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;

19.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3.5 Será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, conforme o caso, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias. O valor da multa aplicada ao fornecedor registrado, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando o fornecedor registrado obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá o fornecedor registrado de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

19.4 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia que exceder o prazo, sobre o valor da Ordem de Fornecimento, conforme o caso, ou do saldo não atendido, respeitado os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

20 PESQUISA DE PREÇOS

20.2 A pesquisa de preços foi realizada com base em preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública (balizamento, art. 23, IV da Lei nº 14.133/21), que será devidamente conferido pelo Departamento Central de Compras / SEMAD, documento em anexo, bem como empresas cuja atividade principal está de acordo com o objeto pretendido.

21 CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.2 Aplicam-se, as disposições da Lei nº 14.133/21 e, no que couber, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

21.3 É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sob pena de rescisão, considerando tratar-se de adjudicação por item.

21.4 Conforme recomendação do TCE/RJ e de boas práticas, fazem parte deste Termo de Referência os anexos:



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

- a) Anexo I – Especificações e Quantidades;
- b) Anexo I.A – Relatório de Estoques Existentes;
- c) Anexo I.B – Técnica de Estimação em Função do Consumo e Utilização Prováveis;
- d) Anexo II – Pesquisa Preliminar de Valor;
- e) Anexo II.A – Planilha de Preços Médios;
- f) Anexo III – Planilha de Utilização Imediata.
- g) Anexo IV – Técnica de Estimação em Função do Consumo e Utilização Prováveis da utilização imediata.

SUBMETO o presente Termo de Referência ao Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos para análise e autorização para prosseguimento, se estiver de acordo.

Queimados, 10 de março de 2026.

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretária Adjunta de Próprios Municipais
Matrícula nº 15291/01

APROVO o presente Termo de Referência, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Secretaria e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

Queimados, 10 de março de 2026.

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/01



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qtde
1	Pedra de Mão (Rachão)	tonelada	600
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	tonelada	600
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	tonelada	300
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	tonelada	50
5	Brita Corrida	tonelada	15.000
6	Pó de Pedra	tonelada	120
7	Areia Fina Industrial	tonelada	100
8	Areia Lavada	tonelada	900
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unid.	5.100
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unid.	1.200
11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)cm	metro	300
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)cm	metro	300
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	kg	200
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	kg	1.000
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	kg	1.000
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	kg	500
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	kg	500
18	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 30 cm	unid.	400
19	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	unid.	400
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	m	300
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	m	3.500
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	m	4.000
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	m	300
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	m	100
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	m	100
26	Cimento CP III	SC.	4.000
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unid.	600
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unid	2.000
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unid	2.000

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretaria Municipal de Próprios Municipais

Matrícula: 15291/01

CREA 2022106721



Documento assinado digitalmente
ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 17/04/2026 15:37:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

ANEXO I.A – RELATÓRIO DE ESTOQUES EXISTENTES

Declaro, para os devidos fins, que a SEMCONSESP **NÃO** possui contratos vigentes para o FORNECIMENTO CONTÍNUO, COM ENTREGAS MENSAS PROGRAMADAS, DE MATERIAIS DE CONSUMO E CONSTRUÇÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO PERMANENTE DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, destinados à reposição e instalação em vias públicas.

Queimados 08 de abril de 2026



Documento assinado digitalmente

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Data: 08/04/2026 18:29:38-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I.B– TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE APROXIMADA			UNID
	SERVIÇO	Estoque	Demanda Aproximada	
	no exercício anterior			
Pedra de Mão (Rachão)	0	0	600	tonelada
Brita (Material Rocha Triturada) nº0	0	0	600	tonelada
Brita (Material Rocha Triturada) nº1	0	0	300	tonelada
Brita (Material Rocha Triturada) nº3	0	0	50	tonelada
Brita Corrida	0	0	15.000	tonelada
Pó de Pedra	0	0	120	tonelada
Areia Fina Industrial	0	0	100	tonelada
Areia Lavada	0	0	900	tonelada
Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	0	0	5.100	unid.
Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	0	0	1.200	unid.
Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)cm	0	0	300	metro
Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)cm	0	0	300	metro
Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	0	0	200	kg
Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	0	0	1.000	kg
Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	0		1.000	kg

Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	0		500	kg
Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	0	0	500	kg
Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 30 cm	0	0	400	unid.
Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	0	0	400	unid.
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	0	0	300	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	0	0	3.500	m
Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	0	0	4.000	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	0	0	300	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	0	0	100	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	0	0	100	m
Cimento CP III	0	0	4.000	SC.
Caixa de ralo de conc. 30x90x90	0	0	600	unid.
Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	0	0	2.000	unid
Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	0	0	2.000	unid

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretaria Municipal de Próprios Municipais

Matrícula: 15291/01

CREA 2022106721



Documento assinado digitalmente

ROBERTA CORLETT GOMES

Data: 17/04/2026 16:16:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO II - PESQUISA PRELIMINAR DE VALOR

Ítem	Objeto (Descirção)	Unidade de Medida	Qtde
	Pedra de Mão (Rachão)	tonelada	600
1	Brita (Material Rocha Triturada) n°0	tonelada	600
2	Brita (Material Rocha Triturada) n°1	tonelada	300
3	Brita (Material Rocha Triturada) n°3	tonelada	50
4	Brita Corrida	tonelada	15.000
5	Pó de Pedra	tonelada	120
6	Areia Fina Industrial	tonelada	100

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total
RS188,50	R\$113.100,00
RS248,00	R\$148.800,00
RS229,00	R\$68.700,00
RS209,50	R\$10.475,00
RS184,00	R\$2.760.000,00
RS170,00	R\$20.400,00
RS145,00	R\$14.500,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total
RS185,50	R\$111.300,00
RS246,00	R\$147.600,00
RS228,50	R\$68.550,00
RS209,50	R\$10.475,00
RS153,20	R\$2.298.000,00
RS165,00	R\$19.800,00
RS145,00	R\$14.500,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total
RS190,00	R\$114.000,00
RS250,00	R\$150.000,00
RS245,00	R\$73.500,00
RS210,00	R\$10.500,00
RS155,00	R\$2.325.000,00
RS170,00	R\$20.400,00
RS145,00	R\$14.500,00

Ítem	Objeto (Descirção)	Unidade de Medida	Qtde
7	Areia Lavada	tonelada	900

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total
RS165,00	R\$148.500,00

JC GROUP	
Preço total (T)	Preço total
RS145,00	R\$130.500,00

IR BRUTAO	
Preço total (T)	Preço total
RS165,00	R\$148.500,00

Ítem	Objeto (Descirção)	Unidade de Medida	Qde
8	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unid.	5.100
9	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unid.	1.200

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total
RS8,30	R\$42.330,00
RS8,50	R\$10.200,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total
RS6,30	R\$32.130,00
RS6,50	R\$7.800,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total
RS8,50	R\$43.350,00
RS8,00	R\$9.600,00

Ítem	Objeto (Descirção)	Unidade de Medida	Qde
8	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2,5)cm	metro	300
9	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)cm	metro	300

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total
RS11,00	R\$3.300,00
RS36,00	R\$10.800,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total
RS11,00	R\$3.300,00
RS22,00	R\$6.600,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total
RS14,00	R\$4.200,00
RS38,00	R\$11.400,00

Ítem	Objeto (Descirção)	Unidade de Medida	Qde
8	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	kg	200
9	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	kg	1.000
8	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	kg	1.000

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total
RS12,80	R\$2.560,00
RS12,80	R\$12.800,00
RS12,80	R\$12.800,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total
RS12,75	R\$2.550,00
RS12,75	R\$12.750,00
RS12,75	R\$12.750,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total
RS12,83	R\$2.566,00
RS12,83	R\$12.830,00
RS12,83	R\$12.830,00



ANEXO II - PESQUISA PRELIMINAR DE VALOR

9	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	kg	500
9	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	kg	500

R\$13,30	R\$6.650,00
R\$13,30	R\$6.650,00

R\$13,10	R\$6.550,00
R\$13,10	R\$6.550,00

R\$13,49	R\$6.745,00
R\$13,49	R\$6.745,00

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qde
10	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 30 cm	unid.	400
11	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	unid.	400

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total
R\$145,80	R\$58.320,00
R\$114,50	R\$45.800,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total
R\$123,50	R\$49.400,00
R\$113,50	R\$45.400,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total
R\$148,00	R\$59.200,00
R\$115,00	R\$46.000,00

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qde
12	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	m	300
13	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	m	3.500
14	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	m	4.000
15	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	m	300
15	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	m	100
15	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	m	100

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total (metro)
R\$488,40	R\$146.520,00
R\$418,00	R\$1.463.000,00
R\$236,50	R\$946.000,00
R\$521,80	R\$156.540,00
R\$552,00	R\$55.200,00
R\$655,00	R\$65.500,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total (metro)
R\$467,40	R\$140.220,00
R\$418,00	R\$1.463.000,00
R\$237,50	R\$950.000,00
R\$518,80	R\$155.640,00
R\$550,00	R\$55.000,00
R\$651,00	R\$65.100,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total
R\$495,00	R\$148.500,00
R\$425,00	R\$1.487.500,00
R\$255,00	R\$1.020.000,00
R\$515,00	R\$154.500,00
R\$575,00	R\$57.500,00
R\$655,00	R\$65.500,00

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qde
16	Cimento CP III	SC.	4.000

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total (sc. 50kg)
R\$45,00	R\$180.000,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total (sc. 50kg)
R\$45,00	R\$180.000,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total (sc. 50kg)
R\$45,00	R\$180.000,00

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qde
17	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unid.	600

CGM REGORMAS	
Preço Unitário	Preço total (unidade)
R\$420,00	R\$252.000,00

JC GROUP	
Preço Unitário	Preço total (unidade)
R\$415,00	R\$249.000,00

IR BRUTAO	
Preço Unitário	Preço total (unidade)
R\$420,00	R\$252.000,00

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qde
------	---------------------	-------------------	-----

CGM REGORMAS	
--------------	--

JC GROUP	
----------	--

IR BRUTAO	
-----------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO II - PESQUISA PRELIMINAR DE VALOR

18	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unid	2.000
19	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unid	2.000

Preço Unitário	Preço total (unidade)
R\$3,00	R\$6.000,00
R\$2,50	R\$5.000,00

Preço Unitário	Preço total (unidade)
R\$2,80	R\$5.600,00
R\$2,30	R\$4.600,00

Preço Unitário	Preço total (unidade)
R\$3,00	R\$6.000,00
R\$2,50	R\$5.000,00

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretaria Municipal de Próprios Municipais

Matrícula: 15291/01

CREA 2022106721



Documento assinado digitalmente

ROBERTA CORLETT GOMES

Data: 17/04/2026 15:37:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Matrícula nº 14419/01



Documento assinado digitalmente

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Data: 17/04/2026 15:51:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ANEXO II.A - PLANILHA DE PREÇOS MÉDIOS

PREÇO MÉDIO UNITÁRIO

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Preço Médio Unitário
1	PEDRA DE MÃO (RACHÃO)	tonelada (t)	R\$188,00
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	tonelada (t)	R\$248,00
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	tonelada (t)	R\$234,16
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	tonelada (t)	R\$209,66
5	Brita Corrida	tonelada (t)	R\$164,06
6	Pó de Pedra	tonelada (t)	R\$168,33
7	Areia Fina Industrial	tonelada (t)	R\$145,00
8	Areia Lavada	tonelada (t)	R\$158,33
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unidade	R\$7,70
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unidade	R\$7,66
11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2,5)	metro (m)	R\$12,00
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)	metro (m)	R\$32,00
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	quilograma (kg)	R\$12,79
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	quilograma (kg)	R\$12,79
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	quilograma (kg)	R\$12,79
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	quilograma (kg)	R\$13,30
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	quilograma (kg)	R\$13,30
18	Anel Concreto prémod. Diam.60x Alt. 30 cm	unidade	R\$139,10
19	Anel Concreto prémod. Diam.60x Alt. 15 cm	unidade	R\$114,33
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	metro (m)	R\$483,60
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	metro (m)	R\$420,33
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	metro (m)	R\$243,00
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	metro (m)	R\$653,66
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	metro (m)	R\$559,00
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	metro (m)	R\$653,67
26	Cimento CP III	saco(sc)	R\$45,00
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unidade	R\$418,33
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unidade	R\$2,93
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unidade	R\$2,43

Preço médio unitário = média aritmética dos preços unitários de cada item

PREÇO MÉDIO TOTAL - TONELADAS (T)

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qtde (T)	Preço Médio
1	Pedra de Mão (RACHÃO)	tonelada (t)	600	R\$ 112.800,00
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	tonelada (t)	600	R\$ 148.800,00
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	tonelada (t)	300	R\$ 70.248,00
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	tonelada (t)	50	R\$ 10.483,00
5	Brita Corrida	tonelada (t)	15.000	R\$ 2.460.900,00
6	Pó de Pedra	tonelada (t)	120	R\$ 20.199,60
7	Areia Fina Industrial	tonelada (t)	100	R\$ 14.500,00
8	Areia Lavada	tonelada (t)	900	R\$ 142.497,00
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unid.	5.100	R\$ 39.270,00
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unid.	1.200	R\$ 9.192,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO II.A - PLANILHA DE PREÇOS MÉDIOS

11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2,5)	metro (m)	300	R\$ 3.600,00
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)	metro (m)	300	R\$ 9.600,00
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	quilograma (kg)	200	R\$ 2.558,67
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	quilograma (kg)	1.000	R\$ 12.793,33
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	quilograma (kg)	1.000	R\$ 12.793,33
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	quilograma (kg)	500	R\$ 6.648,33
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	quilograma (kg)	500	R\$ 6.648,33
18	Anel Concreto pré mold. Diam.60x Alt. 30 cm	unid.	400	R\$ 55.640,00
19	Anel Concreto pré mold. Diam.60x Alt. 15 cm	unid.	400	R\$ 45.732,00
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	metros(m)	300	R\$ 145.080,00
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	metros(m)	3.500	R\$ 1.471.155,00
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	metros(m)	4.000	R\$ 972.000,00
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	metros(m)	300	R\$ 196.098,00
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	metro (m)	100	R\$ 55.900,00
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	metro (m)	100	R\$ 65.366,67
26	Cimento CP III	SC.	4.000	R\$ 180.000,00
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unid.	600	R\$ 250.998,00
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unid	2.000	R\$ 5.860,00
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unid	2.000	R\$ 4.866,67
Total				R\$ 6.532.227,93

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretaria Municipal de Próprios Municipais

Matrícula: 15291/01

CREA 2022106721

Documento assinado digitalmente



ROBERTA CORLETT GOMES

Data: 17/04/2026 15:37:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Matrícula nº 14419/01

Documento assinado digitalmente



PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Data: 17/04/2026 15:51:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO III - PLANILHA DE UTILIZAÇÃO IMEDIATA.

Ítem	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Quant.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL.
1	Pedra de Mão (Rachão)	tonelada	240	R\$ 188,00	R\$ 45.120,00
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	tonelada	240	R\$ 248,00	R\$ 59.520,00
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	tonelada	120	R\$ 234,16	R\$ 28.099,20
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	tonelada	20	R\$ 209,66	R\$ 4.193,20
5	Brita Corrida	tonelada	6000	R\$ 164,06	R\$ 984.360,00
6	Pó de Pedra	tonelada	48	R\$ 168,33	R\$ 8.079,84
7	Areia Fina Industrial	tonelada	40	R\$ 145,00	R\$ 5.800,00
8	Areia Lavada	tonelada	360	R\$ 158,33	R\$ 56.998,80
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unid.	2040	R\$ 7,70	R\$ 15.708,00
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unid.	480	R\$ 7,66	R\$ 3.676,80
11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)cm	metro	120	R\$ 12,00	R\$ 1.440,00
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)cm	metro	120	R\$ 32,00	R\$ 3.840,00
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	kg	80	R\$ 12,79	R\$ 1.023,47
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	kg	400	R\$ 12,79	R\$ 5.117,33
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	kg	400	R\$ 12,79	R\$ 5.117,33
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	kg	200	R\$ 13,30	R\$ 2.659,33
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	kg	200	R\$ 13,30	R\$ 2.659,33
18	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm	unid.	160	R\$ 139,10	R\$ 22.256,00
19	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 15 cm	unid.	160	R\$ 114,33	R\$ 18.292,80
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	m	120	R\$ 483,60	R\$ 58.032,00
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	m	1400	R\$ 420,33	R\$ 588.462,00
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	m	1600	R\$ 243,00	R\$ 388.800,00
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	m	120	R\$ 653,66	R\$ 78.439,20
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	m	40	R\$ 559,00	R\$ 22.360,00
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	m	40	R\$ 653,67	R\$ 26.146,67
26	Cimento CP III	SC.	1600	R\$ 45,00	R\$ 72.000,00
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unid.	240	R\$ 418,33	R\$ 100.399,20
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unid	800	R\$ 2,93	R\$ 2.344,00
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unid	800	R\$ 2,43	R\$ 1.946,67

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 17/04/2026 15:41:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTA CORLETT GOMES
Subsecretaria Municipal de Próprios Municipais
Matrícula: 15291/01
CREA 2022106721



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO III.A- TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS				
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE APROXIMADA			UNID
	SERVIÇO no exercício anterior	Estoque	Demanda Aproximada	
Pedra de Mão (Rachão)	0	0	240	tonelada
Brita (Material Rocha Triturada) nº0	0	0	240	tonelada
Brita (Material Rocha Triturada) nº1	0	0	120	tonelada
Brita (Material Rocha Triturada) nº3	0	0	20	tonelada
Brita Corrida	0	0	6000	tonelada
Pó de Pedra	0	0	48	tonelada
Areia Fina Industrial	0	0	40	tonelada
Areia Lavada	0	0	360	tonelada
Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	0	0	2040	unid.
Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	0	0	480	unid.
Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)cm	0	0	120	metro
Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)cm	0	0	120	metro
Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	0	0	80	kg
Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	0	0	400	kg
Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	0		400	kg
Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	0		200	kg
Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	0	0	200	kg
Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm	0	0	160	unid.
Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 15 cm	0	0	160	unid.
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	0	0	120	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	0	0	1400	m
Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	0	0	1600	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	0	0	120	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	0	0	40	m
Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	0	0	40	m
Cimento CP III	0	0	1600	SC.
Caixa de ralo de conc. 30x90x90	0	0	240	unid.
Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	0	0	800	unid
Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	0	0	800	unid

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretaria Municipal de Próprios Municipais

Matrícula: 15291/01

CREA 2022106721

Documento assinado digitalmente



ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 17/04/2026 15:41:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

d

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a realização de procedimento licitatório, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **contratação de empresa para fornecimento contínuo, com entregas parceladas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP**

São eles:

Item	Objeto (Descrição)
1	Pedra de Mão (RACHÃO)
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3
5	Brita Corrida
6	Pó de Pedra
7	Areia Fina Industrial
8	Areia Lavada
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm
11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)
18	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm
19	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 15 cm
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm
26	Cimento CP III
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O último contrato de aquisição teve seu término em 02 de fevereiro de 2024, onde o material estocado teve seu término em novembro de 2024, iniciando o ano de 2025 com os estoques vazios.

2.2. Por essa razão, o corpo técnico da SEMCONSESP iniciou a elaboração deste ETP, e aguardou a abertura do exercício financeiro para inaugurar procedimento administrativo para realizar a contratação de empresa para o fornecimento contínuo de materiais de consumo e de construção, a fim de atender as demandas do Município, no tocante a manutenção e conservação das vias públicas municipais.

2.3. Dessa forma, vislumbra-se como solução mais adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando que se trata de contratação de natureza contínua, destinada ao atendimento de demandas permanentes da Administração. Ressalta-se, contudo, que os quantitativos a serem demandados mensalmente são variáveis e incertos, não sendo possível definir previamente, com precisão, o consumo mensal. Assim, o Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais eficiente e adequada, por permitir a contratação conforme a necessidade da Administração, evitando tanto a falta quanto o excesso de contratação, garantindo maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.4. O Registro de Preços permitirá à Administração realizar **a contratação de empresa para o fornecimento contínuo de forma parcelada e sob demanda**, conforme necessidade real, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

2.5. Diante dessa modalidade flexível, justifica-se a **contratação de empresa para o fornecimento contínuo de materiais de consumo e de construção (Item 1.1)**, essenciais para atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, que abrangem:

- a) ligação e manutenção da rede de esgoto;
- b) manutenção de bueiros entupidos;
- c) implantação de novos bueiros;
- d) manutenção e tratamento de esgotos a céu aberto;
- e) patrolamento das vias públicas não pavimentadas, com aplicação de brita e pó de pedra.

2.6. Foi necessário acrescentar o item “Pedra de Mão (Rachão)”, que não constava nas aquisições dos anos anteriores, em razão de sua comprovada importância técnica e da necessidade crescente de aplicação em obras de drenagem urbana, contenção de taludes, estabilização de base e sub-base de vias não pavimentadas, além de obras de escoamento de águas pluviais. O rachão é material essencial para a formação de camadas drenantes, permitindo o adequado escoamento da água, prevenindo alagamentos, erosões e o comprometimento da infraestrutura viária. No âmbito das atividades da SEMCONSESP, o material é empregado especialmente em:



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

- a) Implantação e manutenção de sistemas de drenagem;
- b) Recomposição de vias com problemas de infiltração;
- c) Contenção de processos erosivos;
- d) Apoio estrutural em obras de bueiros e galerias.

2.7. Além dos materiais pétreos e agregados já previstos, verificou-se, no levantamento realizado pela equipe técnica da SEMCONSESP, a necessidade de inclusão de **materiais estruturais metálicos e elementos de madeira**, indispensáveis para a execução de pequenas estruturas em concreto e intervenções de manutenção urbana realizadas diretamente pelas equipes operacionais da Secretaria.

2.8. As atividades de manutenção da infraestrutura urbana frequentemente demandam a **execução de pequenas estruturas de concreto armado**, tais como:

- a) recuperação de caixas de drenagem;
- b) execução de bases estruturais para dispositivos de drenagem;
- c) reforço estrutural em caixas de inspeção e passagens hidráulicas;
- d) pequenas contenções e recomposição de estruturas urbanas danificadas.

2.9 Para a adequada execução dessas intervenções, torna-se necessária a utilização de **vergalhões de aço CA-50 e CA-60**, os quais compõem as armaduras estruturais do concreto, conferindo resistência mecânica, estabilidade e durabilidade às estruturas executadas.

2.10 As diferentes **bitolas de aço** possuem finalidades específicas dentro da composição estrutural, sendo utilizadas conforme as características técnicas das armaduras necessárias para cada intervenção, incluindo armaduras principais, secundárias, estribos e elementos de amarração.

2.11 Paralelamente, para a execução dessas estruturas em concreto, faz-se indispensável a utilização de **materiais de madeira destinados à confecção de formas de concretagem**, tais como sarrafos e tábuas, que possibilitam o correto molde das peças estruturais durante o processo de lançamento e cura do concreto.

2.12 Dessa forma, a inclusão dos seguintes itens mostra-se tecnicamente necessária para garantir a plena execução das atividades operacionais da SEMCONSESP:

- a) Aço CA-50 (1/2" ou 12,5 mm);
- b) Aço CA-50 (3/8" ou 10 mm);
- c) Aço CA-50 (5/16" ou 8 mm);
- d) Aço CA-60 (1/4" ou 6,3 mm);
- e) Aço CA-60 (3/16" ou 4,2 mm);
- f) Sarrafo de Pinus 10 cm;
- g) Sarrafo ou tábua 30 cm.

2.13 A disponibilização desses insumos permitirá que as equipes da Secretaria



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

executam **intervenções estruturais de pequeno porte de forma direta e imediata**, reduzindo a necessidade de contratações externas, diminuindo custos operacionais e aumentando a capacidade de resposta da Administração Pública às demandas da população.

2.14 A ausência desse insumo compromete a eficiência das intervenções, podendo resultar em retrabalho, aumento de custos e redução da vida útil das obras executadas. Assim, sua inclusão mostra-se tecnicamente necessária, operacionalmente indispensável e economicamente vantajosa, estando plenamente alinhada às finalidades institucionais da SEMCONSESP e ao interesse público.

2.15 **A contratação de empresa para o fornecimento contínuo de materiais de construção é necessária para realizar manutenção regular das vias públicas do Município, garantindo a segurança e funcionalidade das mesmas.** Isso se justifica pela:

2.15.1 Manutenção de Infraestrutura Existente: Muitas das vias municipais estão sujeitas a desgaste e deterioração ao longo do tempo devido ao uso contínuo e às condições climáticas, tanto na superfície quanto nas camadas mais profundas, e como exemplo podemos citar a troca de manilhas da rede de esgotos, uma vez que toda rede existente tem muitos anos de existência;

2.15.2 Atendimento às Demandas da Comunidade: A SEMCONSESP recebe constantemente pedidos da comunidade para melhorias em infraestrutura, nivelamento de ruas não asfaltadas, entre outros. A contratação de empresa para o fornecimento contínuo de materiais de construção é essencial para atender a essas demandas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;

2.15.3 Investimento em Desenvolvimento Urbano: A realização de projetos de conservação contribui para o desenvolvimento urbano, melhorando a estética da cidade, aumentando o valor das propriedades e estimulando o crescimento econômico local. Portanto, a contratação de empresa para o fornecimento contínuo de materiais de construção é um investimento na qualidade de vida e no progresso da comunidade;

2.15.4 Cumprimento de Normas e Regulamentações: É competência da SEMCONSESP garantir que as estruturas municipais estejam em conformidade com as normas e regulamentações de segurança e acessibilidade. A contratação de empresa para o fornecimento contínuo de materiais de construção de qualidade é fundamental para garantir que os projetos atendam a esses padrões e evitem possíveis problemas legais ou de segurança no futuro;

2.15.5 Eficiência e Economia de Recursos Públicos: Ao adquirir materiais de construção em grande quantidade e por meio de processos de licitação transparentes, a SEMCONSESP pode garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos, obtendo melhores preços e condições de pagamento. Isso resulta em economia de custos a longo prazo e maximiza o



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

retorno do investimento para a comunidade;

2.15.6 Regularidade no Abastecimento: Ao adquirir materiais de construção, a SEMCONSESP garante um suprimento regular e contínuo desses insumos, evitando a interrupção do serviço público por falta de materiais.

3 ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SEMCONSESP	Pedro Toshio Carneiro Kimura

4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.13 A adjudicação deverá ser para todos os licitantes que oferecerem o menor preço para cada item, sem que o padrão do objeto seja distorcido, bem como seja mantida a qualidade e as características pretendidas

4.14 Os requisitos da contratação de material de construção envolverão critérios técnicos, legais e operacionais que garantirão a seleção dos melhores fornecedores e a execução eficiente dos serviços públicos.

4.15 Alguns dos principais requisitos incluirão:

4.15.1 **Qualidade dos Materiais:** Os materiais de construção deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade e segurança dos serviços realizados pela SEMCONSESP;

4.15.2 **Compatibilidade com as Especificações Técnicas:** Os materiais adquiridos deverão ser compatíveis com as especificações técnicas em conformidade com às normas da ABNT e demais normas e critérios de sustentabilidade definido por legislação própria;

4.15.3 **Regularidade Fiscal:** Os fornecedores deverão apresentar regularidade fiscal, estando em dia com o pagamento de tributos conforme a legislação vigente;

4.15.4 **Capacidade Técnica e Operacional:** Os fornecedores deverão comprovar sua capacidade técnica e operacional para fornecer os materiais de construção conforme as quantidades e prazos estipulados pela SEMCONSESP, garantindo a entrega no local e horário definidos. Bem como deverá comprovar, por meio de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha fornecido os itens do objeto a serem contratados, em consonância com o Termo de Referência;



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

4.15.5 **Preços Competitivos:** Os preços dos materiais de construção deverão ser competitivos e compatíveis com os praticados pelo mercado, assegurando a obtenção do melhor custo-benefício para o Município;

4.15.6 **Garantia dos Produtos:** Os materiais fornecidos deverão contar com garantia de qualidade e adequação ao uso, garantindo a substituição ou reparo em caso de defeitos ou não conformidades;

4.15.7 **Documentação completa:** Os fornecedores deverão apresentar toda a documentação exigida no edital de licitação, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e proposta comercial;

4.15.8 **Conformidade com as Normas Ambientais:** Os materiais de construção deverão ser produzidos e fornecidos em conformidade com as normas ambientais vigentes, visando minimizar o impacto ambiental das obras públicas realizadas pelo Município.

4.15.9 Critério de Desempenho Logístico: Considerando a natureza do objeto, que envolve o fornecimento contínuo e sob demanda de materiais essenciais à manutenção da infraestrutura urbana, cujas intervenções estão frequentemente associadas a situações emergenciais e eventos climáticos imprevisíveis, o desempenho logístico da contratada constitui requisito indispensável à adequada execução contratual.

Nesse sentido, a contratada deverá garantir a entrega dos materiais no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, incluindo todos os custos logísticos, transporte, carga e descarga, independentemente de sua localização geográfica.

A Administração poderá, mediante justificativa técnica, estabelecer prazos inferiores para atendimento de demandas emergenciais.

Ressalta-se que não será exigida localização prévia da empresa, sendo suficiente a demonstração de capacidade operacional para cumprimento dos prazos estabelecidos, de modo a assegurar a observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.16 Nesse diapasão, deverá ser elaborado Termo de Referência que discriminará todos os itens necessários para a execução dos serviços mencionados no item 2.2, bem como possuirá todos os elementos necessários a completa caracterização do objeto, e para isso serão disponibilizados como apêndices do Termo de Referência os seguintes elementos:

- a) Termo de Referência;
- b) Planilha Estimativa de Custo e Formação de Preços ou Planilha orçamentária de referência com quantidades e preços unitários;
- c) Especificação técnica dos materiais a serem adquiridos.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

4.17 Critérios e práticas de sustentabilidade

4.17.1 Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01 de janeiro de 2010, os requisitos da contratação considerarão a utilização de técnicas, materiais e equipamentos que visam reduzir o impacto ambiental, tais como:

4.17.1.1 Observância às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos gerados na construção civil, conforme estabelecido na Resolução n° 307, de 5 de julho de 2022, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

4.17.1.2 Instalação, equipamentos ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382/06 e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

4.17.1.3 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para a execução de serviços;

4.17.1.4 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.18 Duração da Ata de Registro de Preços e da entrega do material

4.18.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei n° 14.133/21, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

4.18.2 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, observada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei Federal n° 14.133/2021, desde que haja previsão em edital, interesse da Administração, comprovação de vantajosidade e manutenção das condições contratuais.

4.18.3 O fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizado por meio de contrato administrativo, sendo a execução realizada mediante a emissão de Ordens de Fornecimento, conforme a necessidade da SEMCONSESP, não ficando a Administração obrigada à contratação da totalidade dos quantitativos registrados.

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.2 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades,



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SEMCONSESP.

5.3 Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.4 Tais referências foram obtidas por meio de:

- a) **Pesquisa de mercado local a fornecedores;**
- b) **Contratos Anteriores e**
- c) **Atas de Registro de Preços Semelhantes.**

5.5 Logo, a contratação de empresa para o fornecimento contínuo dos materiais de construção objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

5.6 Com base na Lei nº 14.133/21, como opções de solução verificamos:

5.6.1 **Contratação Direta:** Não se percebe viável dada a quantidade de produtos necessários para o atendimento das demandas, bem como o preço apurado em pesquisa preliminar, que ultrapassa o valor permitido para dispensa de licitação;

5.6.2 **Utilização de Ata de Registro de Preços:** Considerando a natureza contínua das demandas, a diversidade dos itens e a necessidade de aquisições parceladas ao longo do exercício, o Sistema de Registro de Preços mostra-se a **solução mais eficiente e economicamente vantajosa**, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21.

5.6.3 **Contratação de Fornecedor Por Meio de Pregão Eletrônico:** Embora possa trazer competitividade e eventual redução de preços, mostra-se menos adequado do que o Registro de Preços em razão da variabilidade e da imprevisibilidade das demandas mensais, características que são melhor atendidas pela flexibilidade da ata de registro de preços.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 O Fornecimento de materiais de construção enquadra-se na categoria de bens comuns, conforme art. 6º, XXI, “a” da Lei nº 14.133/21, podendo ser realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico para formação de **Ata de Registro de Preços**, dada a natureza repetitiva, contudo variável das demandas.

6.2 Propõe-se a realização de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, cuja proposta da licitante deverá atender a todos os requisitos



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

constantes do Termo de Referência, incluindo especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de fornecimento, capacidade operacional e demais condições para futuras aquisições sob demanda.

6.3 A solução consiste na formação de **Ata de Registro de Preços** por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de **menor preço por item**, objetivando o cadastro de fornecedores habilitados a atender às demandas variáveis e imprevisíveis da SEMCONSESP ao longo do período de vigência da ata.

6.4 As aquisições serão realizadas de forma ágil e eficiente, conforme necessidade real, com base nos preços registrados e nos quantitativos estimados constantes da planilha de especificações técnicas do Termo de Referência.

6.5 O Termo de Referência considerará os itens e quantitativos estimados com base na série histórica de aquisições anteriores, as especificações técnicas necessárias e as condições operacionais para atendimento sob demanda.

6.6 O procedimento licitatório será realizado na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, com critério de julgamento: **menor preço por item**, nos termos do art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 2.895/23 e nº 2.896/23.

6.7 Repiso que a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se particularmente adequada para o objeto em questão, tendo em vista que grande parte das demandas por materiais de construção destinados à manutenção urbana está diretamente associada à ocorrência de eventos climáticos, especialmente períodos de chuvas intensas, bem como a intervenções emergenciais decorrentes de danos à infraestrutura urbana municipal.

6.8 Tais circunstâncias tornam difícil a definição precisa do quantitativo de materiais a serem consumidos em cada período, razão pela qual a adoção do Registro de Preços permite maior flexibilidade administrativa, evitando tanto a falta de insumos necessários à execução dos serviços quanto a formação de estoques excessivos, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos e garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Para melhor alcançar resultado satisfatório da futura contratação, a SEMCONSESP realizou levantamento ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em 2025, e registrou um total de 846 (oitocentos e quarenta e seis) pedidos de atendimento no sistema COLAB, para demandas como:

- a) ligação e manutenção da rede de esgoto;
- b) manutenção de bueiros entupidos;
- c) implantação de novos bueiros;
- d) manutenção e tratamento de esgotos a céu aberto;



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

e) patrulamento das vias públicas não pavimentadas.

7.2. As referidas solicitações resultam em uma média de 71 (setenta e um) pedidos por mês. Essa quantidade de material solicitada foi estimada para atender as demandas essenciais não só trazidas pelo COLAB, mas também das demandas protocoladas na SEMCONSESP no atendimento presencial, bem como aquelas geradas pelos outros canais de comunicação.

7.3 Outro ponto a ser considerado é que o quantitativo do material deverá também suprir as **demandas trazidas pelas indicações legislativas da Câmara Municipal de Queimados**, no que compete à conservação das vias públicas deste Município, bem como demais solicitações relacionadas à execução de serviços de manutenção e pequenos reparos na infraestrutura urbana. Cumpre destacar que tais demandas tendem a se intensificar especialmente nos períodos de chuvas mais intensas, quando são recorrentes ocorrências de alagamentos, processos erosivos, obstrução de bueiros, danos em dispositivos de drenagem e deterioração de vias não pavimentadas, situações que exigem intervenções rápidas por parte da SEMCONSESP.

7.4 Para levantamento das quantidades e estimativa de custos para a contratação de empresa para o fornecimento contínuo ora proposta, foram considerados os dados fornecidos pelo sistema **COLAB** (planilha em anexo), bem como os processos administrativos dos anos anteriores (0849.2021.20, 1995.2022.20, 5657.2023.20), de forma a projetar quantitativos compatíveis com a realidade operacional da Secretaria. Na elaboração dessa estimativa também foram considerados **fatores externos que impactam diretamente a infraestrutura urbana**, especialmente a ocorrência de **períodos de chuvas intensas, conforme apontado no relatório da Secretaria Municipal de Defesa Civil em anexo**, que frequentemente provocam **danos em redes de drenagem, caixas de passagem, bueiros e trechos de vias públicas**, aumentando a necessidade de utilização de materiais para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva.

7.3. Portanto, para atender os serviços listados no item 5.6, estimou-se o fornecimento continuado de 29 (vinte e nove) itens, nas quantidades e especificações abaixo elencadas:

Item	Objeto (Descrição)	Unidade de Medida	Qtde (T)
1	Pedra de Mão (Rachão)	tonelada (t)	600
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	tonelada (t)	600
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	tonelada (t)	300
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	tonelada (t)	50
5	Brita Corrida	tonelada (t)	15.000
6	Pó de Pedra	tonelada (t)	120
7	Areia Fina Industrial	tonelada (t)	100
8	Areia Lavada	tonelada (t)	900
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	unid.	5.100
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	unid.	1.200
11	Sarrafo de Pinus 10 cm (10 x 2)	metro (m)	300
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30 x 2,5)	metro (m)	300
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	quilograma (kg)	200



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	quilograma (kg)	1.000
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	quilograma (kg)	1.000
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	quilograma (kg)	500
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	quilograma (kg)	500
18	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm	unid.	400
19	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 15 cm	unid.	400
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	metros(m)	300
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	metros(m)	3.500
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	metros(m)	4.000
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	metros(m)	300
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	metro (m)	100
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	metro (m)	100
26	Cimento CP III	SC.	4.000
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	unid.	600
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	unid	2.000
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	unid	2.000

7.5 Estimativa de Utilização Inicial da Ata de Registro de Preços (Demanda Reprimida)

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente processo poderá ter utilização imediata após sua assinatura, considerando a inexistência de saldo contratual vigente e o esgotamento dos estoques de materiais ao final do exercício de 2024, bem como a continuidade das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, identifica-se a existência de demanda reprimida, caracterizada pelo acúmulo de necessidades de atendimento não supridas no período recente.

Com base no levantamento realizado a partir dos registros do sistema COLAB, dos processos administrativos anteriores e da média histórica de consumo mensal, estimou-se a necessidade de uma utilização inicial da Ata de Registro de Preços, destinada à recomposição do estoque mínimo operacional e ao atendimento imediato das demandas acumuladas.

A referida estimativa foi elaborada considerando:

- a) a média mensal de atendimentos registrados (aproximadamente 71 solicitações/mês);
- b) o período em que a Secretaria permaneceu sem cobertura contratual vigente;
- c) a ausência de estoque mínimo de materiais essenciais;
- d) o aumento sazonal das demandas decorrentes de eventos climáticos, especialmente no período chuvoso;
- e) a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos de manutenção urbana.

Dessa forma, estima-se que a utilização inicial da Ata poderá corresponder a até 40% dos quantitativos totais registrados, conforme detalhado em planilha de memória de cálculo constante dos anexos deste Estudo Técnico Preliminar.

Ressalta-se que tal estimativa não representa obrigatoriedade de contratação, tratando-se de mera projeção inicial baseada em critérios técnicos e operacionais, podendo as aquisições ocorrer de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, nos



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

termos do Sistema de Registro de Preços previsto na Lei nº 14.133/2021.

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado para o registro de preços é de **R\$ 6.532.227,93 (seis milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos)**, tomando-se por base a pesquisa preliminar de preços realizada pela área técnica da SEMCONSESP junto ao comércio.

8.2 Ressalta-se que o referido valor possui caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Em regra, conforme o § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 Do ponto de vista técnico, considerando a natureza comum dos bens a serem adquiridos, como listado no Item 1, recomenda-se que seja adotado o critério de menor preço por item, permitindo maior competitividade no certame licitatório, uma vez que cada item poderá ser disputado por diversas empresas, vencendo a empresa que ofertar os valores mais vantajosos e econômicos para o Município. Vale destacar que tal solução já é amplamente utilizada no âmbito do serviço público.

10 VIABILIDADE E CONCLUSÃO

10.1 Esta SEMCONSESP em seu planejamento declara viável esta contratação. Declara ainda, que foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela CGU/AGU, para a definição dos critérios de sustentabilidade.

10.2 Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a futura contratação tem por finalidade resolver a falta de materiais de consumo e de construção necessários para a execução dos serviços inerentes à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, através da abertura de procedimento administrativo para a realização de certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO regendo-se em especial pelos artigos 06, inciso XLI e 28, inciso I da Lei nº 14.133/21, e Decretos Municipais nº 2.895/23 e nº 2.896/23.

10.3 Os materiais ora previstos destinam-se exclusivamente à execução de intervenções de manutenção urbana realizadas diretamente pelas equipes operacionais da SEMCONSESP, não se caracterizando como contratação de obra pública, mas sim como fornecimento continuado de insumos necessários à execução de serviços rotineiros de conservação da infraestrutura municipal.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

10.4 A inclusão dos materiais estruturais e de apoio ora mencionados encontra respaldo nos princípios que regem as contratações públicas previstos na **Lei nº 14.133/21**, especialmente os princípios da **eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público**.

10.5 Nesse sentido, a inclusão dos itens de aço estrutural e madeira para formas de concretagem decorre de **levantamento técnico baseado nas demandas operacionais da SEMCONSESP**, bem como da análise das intervenções realizadas rotineiramente pelas equipes de manutenção urbana do Município.

10.6 Ademais, o **Sistema de Registro de Preços**, previsto nos arts. **82 a 86 da Lei nº 14.133/21**, mostra-se adequado para este tipo de fornecimento continuado, considerando que os materiais serão utilizados de forma **recorrente, parcelada e conforme a necessidade operacional da Administração**, característica típica das atividades de manutenção urbana.

10.7 A adoção dessa solução também se alinha às orientações dos órgãos de controle externo, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, que recomenda que a Administração Pública realize planejamento prévio adequado das contratações, com a definição clara das necessidades administrativas e dos insumos indispensáveis à continuidade e eficiência dos serviços públicos.

10.8 Dessa forma, a inclusão dos referidos materiais no presente Estudo Técnico Preliminar atende ao dever de planejamento da Administração Pública e contribui para garantir maior eficiência operacional, economicidade na aplicação dos recursos públicos e continuidade na prestação dos serviços de manutenção da infraestrutura urbana do Município de Queimados.

10.9 Os quantitativos indicados no item 7.5 referem-se à ponderação dos volumes de materiais utilizados em contratações anteriores, bem como à análise das demandas registradas no sistema **COLAB** ao longo do ano de 2024, permitindo a definição de estimativa compatível com a realidade operacional da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP.

10.10 Cumpre destacar que a estimativa também considera as características climáticas do Município de Queimados, especialmente os **períodos de chuvas intensas**, que frequentemente ocasionam impactos diretos na infraestrutura urbana, tais como **alagamentos, processos erosivos, obstrução de redes de drenagem, rompimento de manilhas, danos em caixas de passagem, bueiros e dispositivos de escoamento de águas pluviais**, além da degradação de vias não pavimentadas, e em conformidade com relatório da Secretaria Municipal de Defesa Civil em anexo.

10.11 Tais eventos demandam **intervenções rápidas e recorrentes por parte das equipes de manutenção urbana**, com a necessidade de recomposição estrutural, desobstrução de sistemas de drenagem, substituição de elementos danificados e recuperação de trechos comprometidos da malha viária municipal.

10.12 Dessa forma, a definição dos quantitativos buscou contemplar não apenas o histórico de consumo registrado em exercícios anteriores, mas também **a variabilidade das demandas decorrentes de fatores climáticos e operacionais**, garantindo que a



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Administração disponha de insumos suficientes para realizar as intervenções necessárias de forma célere e eficiente, evitando a paralisação de serviços essenciais de manutenção da infraestrutura urbana.

10.13 Em razão da expressiva quantidade de itens estimada, propõe-se que a entrega ocorra **sob demanda, em até 5 (cinco) dias contados do pedido**. Em situações emergenciais, poderá ser exigida entrega em prazo inferior, a ser definido na Ordem de Fornecimento. Essa sistemática permitirá à SEMCONSESP administrar adequadamente os espaços físicos disponíveis para armazenamento, evitando perdas, extravios ou danos aos materiais adquiridos. Tal medida se justifica, ainda, considerando que o Município deixou de contar com o antigo galpão localizado no bairro Pacaembu, atualmente ocupado pelo **Parque de Eventos Municipais**, o que reduziu significativamente a capacidade de armazenamento centralizado.

10.14 Para tanto, submete-se à apreciação superior destacando que este ETP foi elaborado em observância às normas vigentes, em especial a Lei nº 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

11 ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Em observância ao princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas para a fase preparatória da contratação no art. 18 do referido diploma legal, procede-se à identificação dos principais riscos associados à futura contratação e às respectivas medidas mitigadoras.

11.2. A análise de riscos constitui importante instrumento de governança nas contratações públicas, permitindo à Administração antecipar eventuais eventos que possam comprometer a execução do objeto, bem como estabelecer mecanismos preventivos para reduzir impactos operacionais, financeiros ou administrativos.

11.3. Tal prática encontra respaldo nas orientações constantes da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar no âmbito da Administração Pública, bem como nas recomendações dos órgãos de controle externo, que têm destacado a importância da gestão de riscos como elemento integrante do adequado planejamento das contratações públicas.

11.4. Considerando a natureza do objeto da presente contratação — consistente no fornecimento contínuo e parcelado de materiais de construção e insumos destinados à manutenção da infraestrutura urbana municipal — foram identificados os seguintes riscos potenciais e respectivas estratégias de mitigação:

11.5. Identificação dos Riscos e Medidas Mitigadoras:

Risco 1 – Atraso na entrega dos materiais



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Descrição:

Possibilidade de atraso no fornecimento dos materiais solicitados, o que pode comprometer a execução dos serviços de manutenção urbana, especialmente aqueles relacionados à drenagem, recomposição de vias e intervenções emergenciais decorrentes de eventos climáticos.

Impacto:

Interrupção ou atraso na execução de serviços públicos essenciais, com reflexos negativos na mobilidade urbana, no sistema de drenagem e na qualidade da infraestrutura municipal.

Medidas Mitigadoras:

Definição de prazo máximo de entrega no Termo de Referência;
Estabelecimento de penalidades administrativas em caso de atraso injustificado;
Previsão de aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
Possibilidade de convocação de fornecedor remanescente da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.

Risco 2 – Fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas

Descrição:

Possibilidade de fornecimento de materiais que não atendam às especificações técnicas exigidas, tais como granulometria inadequada dos agregados, resistência insuficiente de elementos pré-moldados ou inconformidades em materiais estruturais.

Impacto:

Comprometimento da qualidade das intervenções realizadas pela Secretaria, aumento de retrabalho, elevação de custos operacionais e redução da durabilidade das estruturas executadas.

Medidas Mitigadoras:

Estabelecimento de especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência;
Previsão de inspeção e conferência dos materiais no momento da entrega;
Possibilidade de recusa do material em caso de não conformidade;
Obrigação de substituição do material inadequado sem ônus para a Administração.

Risco 3 – Inexequibilidade da proposta em razão de custos logísticos



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Descrição:

Considerando que parte dos materiais a serem adquiridos consiste em agregados minerais e materiais de elevado peso e baixo valor unitário, há risco de propostas com valores inexequíveis, especialmente quando provenientes de fornecedores com grande distância logística em relação ao Município.

Impacto:

Risco de descumprimento contratual, atrasos no fornecimento ou solicitação posterior de reequilíbrio econômico-financeiro.

Medidas Mitigadoras:

Exigência de que os preços apresentados incluam todos os custos logísticos necessários ao fornecimento;

Avaliação da exequibilidade das propostas no procedimento licitatório;

Aplicação das regras de verificação de exequibilidade previstas na legislação aplicável.

Risco 4 – Oscilação de preços dos insumos da construção civil

Descrição:

Possibilidade de variações nos preços de insumos utilizados na construção civil, tais como cimento, aço e agregados minerais, ao longo da execução da contratação.

Impacto:

Potencial desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e necessidade de readequação dos preços pactuados.

Medidas Mitigadoras:

Previsão de cláusula de reajuste contratual nos termos da Lei nº 14.133/2021;

Possibilidade de revisão contratual em caso de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro, observadas as disposições legais aplicáveis.

Risco 5 – Variação da demanda operacional

Descrição:

A demanda pelos materiais objeto da contratação pode variar ao longo do tempo em função de fatores como intensidade das chuvas, ocorrência de eventos climáticos adversos ou aumento das solicitações da população por meio dos canais institucionais de atendimento.

Impacto:



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Necessidade de ajustes na programação de fornecimento ou utilização dos quantitativos estimados.

Medidas Mitigadoras:

Utilização do Sistema de Registro de Preços, que permite aquisições sob demanda;

Definição de quantitativos estimados com base em série histórica de consumo e demandas registradas no sistema COLAB;

Possibilidade de emissão de Ordens de Fornecimento conforme a necessidade operacional da Administração.

11.6. Conclusão da Análise de Riscos

11.6.1. A análise realizada demonstra que os riscos identificados são inerentes à natureza da contratação, porém encontram-se adequadamente mitigados por meio das medidas previstas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência que instruirá o procedimento licitatório.

11.6.2. Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta nível de risco controlado e compatível com a natureza do objeto, não havendo impedimentos técnicos ou operacionais para a sua realização, desde que observadas as condições e medidas preventivas estabelecidas nos documentos que compõem a fase preparatória da contratação.

12 RESPONSÁVEIS

Queimados, 09 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br RAYANA FLORES XAVIER MARTINS
Data: 08/04/2026 18:34:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAYANA FLORES XAVIER MARTINS
Assessora Técnica
Matrícula nº 16.712/01 / OAB/RJ nº 240495

Acolho,

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Data: 08/04/2026 18:29:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

ANEXO II - Planilha de Preços Máximos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pedra de Mão (RACHÃO)	600 T	R\$ 172,18	R\$ 103.308,00
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	600 T	R\$ 141,09	R\$ 84.652,80
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	300 T	R\$ 192,95	R\$ 57.883,80
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	50 T	R\$ 151,80	R\$ 7.590,16
5	Brita Corrida	15.000 T	R\$ 107,68	R\$ 1.615.125,00
6	Pó de Pedra	120 T	R\$ 177,20	R\$ 21.264,00
7	Areia Fina Industrial	100 T	R\$ 109,00	R\$ 10.899,60
8	Areia Lavada	900 T	R\$ 109,76	R\$ 98.784,00
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	5.100 UND	R\$ 6,17	R\$ 31.467,00
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	1.200 UND	R\$ 7,08	R\$ 8.496,00
11	Sarrafo ou Tábua 30 cm (10x2) cm	300 MT	R\$ 10,54	R\$ 3.162,00
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30x2,5) cm	300 MT	R\$ 31,91	R\$ 9.573,00
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	200 KG	R\$ 10,65	R\$ 2.130,00
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	1.000 KG	R\$ 11,63	R\$ 11.630,00
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	1.000 KG	R\$ 10,14	R\$ 10.140,00
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	500 KG	R\$ 11,93	R\$ 5.965,00
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	500 KG	R\$ 10,40	R\$ 5.200,00
18	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm	400 UND	R\$ 124,48	R\$ 49.792,00
19	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	400 UND	R\$ 149,13	R\$ 59.652,00
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	300 MT	R\$ 363,52	R\$ 109.056,00
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	3.500 MT	R\$ 313,80	R\$ 1.098.300,00
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	4.000 MT	R\$ 230,37	R\$ 921.480,00
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	300 MT	R\$ 444,32	R\$ 133.296,00
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	100 MT	R\$ 427,21	R\$ 42.721,00
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	100 MT	R\$ 447,25	R\$ 44.725,00
26	Cimento CP III	4.000 UND	R\$ 42,48	R\$ 169.920,00
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	600 UND	R\$ 404,71	R\$ 242.826,00
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	2.000 UND	R\$ 2,06	R\$ 4.120,00
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	2.000 UND	R\$ 1,59	R\$ 3.180,00
VALOR GLOBAL				R\$ 4.966.338,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

ANEXO III - Planilha de Quantidade da Possível Utilização Imediata

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Pedra de Mão (RACHÃO)	240 T
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	240 T
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	120 T
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	20 T
5	Brita Corrida	6.000 T
6	Pó de Pedra	48 T
7	Areia Fina Industrial	40 T
8	Areia Lavada	360 T
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	2.400 UND
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	480 UND
11	Sarrafo ou Tábua 30 cm (10x2) cm	120 MT
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30x2,5) cm	120 MT
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	80 KG
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	400 KG
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	400 KG
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	200 KG
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	200 KG
18	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm	160 UND
19	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	160 UND
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	120 MT
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	1.400 MT
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	1.600 MT
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	120 MT
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	40 MT
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	40 MT
26	Cimento CP III	1.600 UND
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	240 UND
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	800 UND
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	800 UND
VALOR GLOBAL		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2015/2026-E

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º.....

A Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos, integrante da Prefeitura Municipal de Queimados, sediada no Município de Queimados, situada na Rua Mário Pati Junior, nº. 200 - Fanchem - Queimados, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 39.485.412/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a).....(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº..... de ... de de 202..., publicada no de de.....de....., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de .../.../202..., processo administrativo nº 2015/2026-E, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 2.896, de 09 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa no fornecimento contínuo, com entregas mensais programadas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, especificado(s) no(s) item (ns) xx do Termo de Referência, anexo xx do Edital de licitação nº xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	...				
...	...				
29	...				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2.3. Após o registro e a publicação desta ARP, será realizada a utilização de até 50% do quantitativo total de cada item registrado nesta ARP, conforme ANEXO III do Termo de Referência.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal responsável pelas aquisições centralizadas do Município.

3.2. A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos é a única entidade pública participante do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial de Queimados - DOQ, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços :

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 26 do Decreto nº 2.896, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, do Decreto nº 2.896, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 21 e 22, ambos do Decreto nº 2.896, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços (art. 5º, inc. XII, do Decreto nº 2.896, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, inc. X, do Decreto nº 2.896, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (TRÊS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo administrativo nº 2015.2025-E

Instrumento Contratual nº ____ / ____,
arquivado no Livro de Registro de
Contratos/SEMAC nº ____/202__, às fls.
____ a ____.

Contrato administrativo que fazem entre si o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS** e a empresa _____, referente a ____º utilização a Ata de Registro de Preços nº _____, Pregão Eletrônico SRP nº ____/____, oriundo do processo administrativo nº 2015.2025-E, cujo objeto é contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo, com entregas parceladas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP.

O **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei nº 1.779, de 21 de dezembro de 1990, com inscrição no CNPJ/MF nº 39.485.412/0001-02, com sede na Avenida Mário Pati Júnior, nº 164-338, Vila Camarim, Queimados/RJ, CEP 26383-510, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**, neste ato representada pelo Secretário Municipal _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado em ____/____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, _____, ____/____, CEP _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da célula de identidade RG nº. _____,



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

expedida pelo _____, inscrito no CPF/MF sob o no. _____, residente e domiciliado em _____, _____, _____/____, CEP _____, tendo em vista o que consta no Processo nº _____, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2895/2023 c/c 2896/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, para a ____º **utilização a Ata de Registro de Preços nº. ____/____, Pregão Eletrônico SRP nº ____/____, referente ao Processo Administrativo nº 2015/2025-E** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do contato é a ____º **utilização a Ata de Registro de Preços nº _____, Pregão Eletrônico SRP nº ____/____, oriundo do processo administrativo nº 2015.2025-E**, cujo objeto é contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo, com entregas parceladas, de materiais de consumo e construção destinados à manutenção permanente da infraestrutura urbana do Município de Queimados, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 A Ata de Registro de Preços ____/____, referente ao processo administrativo nº 2015.2025-E;

1.3.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de doze meses, contados da emissão do memorando de início de fornecimento.

2.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 A prorrogação de que trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**.

2.4 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

2.7 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 A execução do contrato será acompanhada pela Comissão de Fiscalização Contratual designada pela SEMCONSESP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2 A fiscalização terá acesso a todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual, devendo a contratada prestar os esclarecimentos e fornecer os dados solicitados, sempre que demandada

3.3 Compete à fiscalização acompanhar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações pactuadas e determinar as medidas necessárias à correção de falhas ou irregularidades observadas, nos limites de sua competência.

3.4 A atuação da fiscalização não afasta nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, tampouco implica corresponsabilidade da Administração por eventuais irregularidades, falhas ou danos decorrentes da execução contratual.

3.5 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- 3.6 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 3.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 3.8 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 3.9 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 3.10 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 3.11 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- 3.12 Deverá ainda ser observado o Decreto Municipal nº 2890/2023, em especial o Capítulo III, que trata da “Gestão e Fiscalização dos Contratos”.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1 O fornecimento será prestado, sob demanda, mediante Ordem de Fornecimento (OF), de acordo com o pedido da **CONTRATANTE**, que indicará horário e local da entrega, conforme o Modelo de Ordem de Fornecimento.
- 4.2 Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o prazo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, devendo a entrega ser efetuada no Almoxarifado da SEMCONSESP, localizado na Rua Félix, nº 1581, Vila do Tinguá, Queimados/RJ ou em local a ser indicado pela **CONTRATANTE**.
- 4.3 O objeto deverá estar de acordo com as especificações descritas no item 4 do presente Termo de Referência, que atende o art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.
- 4.4 As embalagens não poderão conter sinais de violação, emendas ou rasuras de qualquer tipo, bem como não serão aceitas se estiverem rasgadas ou amassadas, ou fora do padrão do fabricante.
- 4.5 Será recusado o objeto que for entregue com especificações diferentes das contidas neste instrumento, ficando a cargo do fornecedor registrado sua reposição por outro de acordo com as especificações, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da recusa, sem qualquer ônus para a Administração, e sem prejuízo das sanções cabíveis.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.6 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar à SEMCONSESP solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega

4.7 Em caso de recusa ou impossibilidade de cumprimento da contratação pelo fornecedor registrado, a Administração poderá convocar os demais licitantes classificados na Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação.

4.8 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os demais prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1 O valor global da contratação é de R\$ _____ (_____).

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3 Correrão por conta do **CONTRATADO** os custos de transporte, referente aos materiais relacionados no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetivado em até 30 dias corridos após a entrega dos documentos referente ao fornecimento dos itens, consoante a apresentação dos documentos elencados abaixo:

7.2 Solicitação de pagamento, assinada pelo representante legal, com carimbo CNPJ da empresa:

7.3 Nota fiscal.

7.4 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, sendo liberado após a conferência e aprovação da Secretaria requisitante.

7.5 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- 7.6 Para receber seus créditos o fornecedor registrado deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.
- 7.7 Documentos de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.
- 7.8 Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Federais expedida pela Receita Federal (RFB), e Dívida Ativa da União da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Contribuição Previdenciária e às de Terceiros (RFB) da sede da licitante.
- 7.9 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.
- 7.10 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo de débito do Município do domicílio ou onde se encontra a sede da empresa.
- 7.11 Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Município da Sede da licitante.
- 7.12 Certidão conjunta da Procuradoria Tributária e Dívida Ativa com a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município de Queimados acerca da existência ou não de débitos em nome do licitante, considerando a vedação dos artigos 85 e 109 do Código Tributário Municipal.
- 7.13 Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). 6.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, ou certidão positiva com efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 7.14 Certidões Negativas de Falências ou Recuperação Judicial expedidas pelos Distribuidores da sede. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária.
- 7.15 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea b, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1 Nos termos da Lei nº 14.133/21, em especial o art. 92, inciso V, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato

8.2 O reajuste será aplicável após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data-base do orçamento, ou seja, data informada pela Superintendência Central de Compras / SEMAC, a saber: 28 de abril de 2026 conforme previsto no caput do referido artigo, e será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136, I da Lei nº 14.133/21, por se tratar de alteração que não modifica o conteúdo contratual.

8.3 Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá apresentar solicitação formal, acompanhada de memória de cálculo detalhada e comprovação da variação acumulada do INCCDI no período, para análise e manifestação da Administração.

8.4 O reajuste observará a seguinte fórmula:

$$\text{FATOR} = I / I_0$$

$$R = P_0 \times \text{FATOR}$$

Onde:

- R = Valor reajustado; • I_0 = INCC-DI referente ao mês da data-base do orçamento (Data informada pelo SCC / SEMAC);
- I = INCC-DI referente ao mês correspondente ao período de 12 (doze) meses após a database do orçamento, ou aos subsequentes períodos anuais;
- P_0 = Preço unitário constante da planilha orçamentária apresentada pela licitante vencedora

8.5 Na hipótese de extinção, descontinuidade ou indisponibilidade do INCC-DI, será adotado índice oficial que melhor reflita a variação dos custos da construção civil, nos termos da legislação vigente

8.6 Em caso de itens não constantes do catálogo de referência adotado, será utilizado valor de mercado obtido mediante a média de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, aplicando-se o mesmo desconto percentual ofertado pela licitante vencedora.

8.7 O reajuste será aplicado exclusivamente aos itens contratados, mantendo-se os mesmos critérios, composições e descontos ofertados pela licitante vencedora, inclusive na hipótese de inclusão de novos itens por termo aditivo.

8.8 Não haverá aplicação de repactuação, sendo vedado o reajuste com base em convenções coletivas ou encargos sociais, por não se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- 9.1.1 Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições.
- 9.1.2 Acompanhar a entrega dos materiais e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade do fornecedor registrado, podendo rejeitá-los, mediante justificativa
- 9.1.3 A **CONTRATANTE**: deverá, a seu critério, e através de funcionários da Secretaria ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado;
- 9.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da entrega, bem como atestar a Nota Fisca;
- 9.1.5 Efetuar o pagamento no tempo e forma estabelecidos neste termo;
- 9.1.6 Proporcionar o que for necessário para que a entrega seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência
- 9.1.7 Comunicar ao fornecedor registrado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido
- 9.1.8 Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais
- 9.1.9 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021
- 9.1.10 Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Geral do Estado, com vistas a adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**
- 9.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.1.12 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

- 10.1 São obrigações do Gestor do Contrato:
- 10.1.1 manter sob sua guarda o processo administrativo de contratação, durante toda a vigência do contrato;
- 10.1.2 manter controle do prazo de vigência do instrumento contratual;



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.1.3 providenciar pedidos de emissão de nota de empenho (NE) para cobertura de exercício financeiro, pedidos de reempenho, cancelamento, reforço, etc, quando for o caso;

10.1.4 receber e providenciar solução junto ao **CONTRATADO** sobre quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais, e caso não seja possível solucioná-las, deverá ser comunicado a situação a autoridade superior para tomar as providências cabíveis;

10.1.5 receber e analisar quaisquer solicitações encaminhadas pelo **CONTRATADO**;

10.1.6 responder a eventuais esclarecimentos técnicos do **CONTRATADO**;

10.1.7 após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;

10.1.8 manter registro das ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;

10.1.9 apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do objeto deste contrato;

10.1.10 notificar a Administração sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução do objeto deste contrato, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto do **CONTRATADO**);

10.2 Ficarão reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do contrato.

10.3 As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pelo **CONTRATADO** ao Exmo. Sr. Prefeito, através do Gestor, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

10.4 O Gestor do Contrato deverá observar as orientações e recomendações da Controladoria Geral do Município no momento da fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 Entregar o objeto de acordo com as especificações e quantidades constantes nos Quadros Demonstrativos do Termo de Referência, dentro do prazo e local estabelecido.

11.2 Comunicar a Contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir o fornecimento do objeto.

11.3 Assumir integral responsabilidade por danos causados às Secretarias e Órgãos solicitantes ou a terceiros, decorrentes da utilização de produtos adulterados, ou com



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

qualquer irregularidade que comprometa sua utilização, isentando a Prefeitura Municipal de Queimados de todas as reclamações que possam surgir.

11.4 Atender fielmente o objeto do Termo de Referência, em acordo com itens e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, na proposta de preços, na Ata de Registro de Preços, nos anexos ou discriminatórios técnicos, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagradas e pertinentes ao caso.

11.5 O fornecimento do objeto deverá ser procedido por conta do fornecedor registrado, assim como todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, ou quaisquer outras que incidam ou venham incidir decorrentes do fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, com fulcro no art. 34 da Lei nº 14.133/21.

11.6 Os preços ofertados deverão considerar o regime de entrega CIF destino, incluindo transporte, carga e descarga no local indicado pela Administração.

11.7 O fornecimento deverá ser conforme solicitação da contratante, devendo a empresa vencedora efetuar a entrega do material solicitado pela SEMCONSESP em até 05 (cinco) dias corridos, na forma estabelecida no Cronograma de Entrega, que compõe o Anexo III do Termo de Referência.

11.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código Defesa do Consumidor, em especial os artigos 12, 13, 18 e 26.

11.9 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias ou defeitos, desde que o fornecedor registrado se manifeste neste sentido em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificada pela Administração.

11.10 Materiais com defeitos ou vícios constatados posteriormente deverão ser substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.11 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

11.12 Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.13 Possuir estrutura logística compatível com o fornecimento dos materiais nas quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

13.3 execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

13.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.6 O **CONTRADO** deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

13.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.8 Deverá ainda ser observado o Decreto Municipal nº 2890/2023, em especial o Capítulo III, que trata da “Gestão e Fiscalização dos Contratos”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

14.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- 14.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.5.4 deixar de apresentar amostra;
- 14.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
- 14.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 14.1.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- 14.1.10 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.11.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.11.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.11.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 14.1.11.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;
- 14.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 14.1.13 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)
- 14.2 O **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 14.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 14.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.2.2 Será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, conforme o caso, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias. O valor da multa aplicada ao fornecedor registrado, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando o fornecedor registrado obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá o fornecedor registrado de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

14.2.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia que exceder o prazo, sobre o valor da Ordem de Fornecimento, conforme o caso, ou do saldo não atendido, respeitado os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

14.2.4 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2.6 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.1 A **CONTRATANTE** poderá solicitar a extinção do presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer hipótese prevista neste instrumento, nos casos indicados no artigo 137, incisos I à IX da Lei nº 14133/21. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do **CONTRATADO**, conforme previsto nesse mesmo diploma legal, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

15.2 Ocorrendo a rescisão do contrato pelo não cumprimento por parte do **CONTRATADO** de cláusulas contratuais, poderá o **CONTRATANTE**, sem prejuízo das sanções legais a retenção dos créditos do **CONTRATADO** decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos por esta causados.

15.3 Caso a **CONTRATANTE** tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo o **CONTRATADO** o ônus de provar o contrário. Se a **CONTRATANTE** for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do **CONTRATADO** e a esta restará o ônus da prova contrária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

16.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício assim classificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO:
FONTE:
ELEMENTO DE DESPESA:
EMPENHO nº.
VALOR.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

17.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e, no caso de fornecimento contínuo, a vantagem em sua manutenção, na forma dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RENÚNCIA A DIREITOS

18.1 O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DOS CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

20.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município.

20.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Queimados-RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Queimados, ____ de ____ de 20__.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos

ANEXO VI - Modelo de Proposta de Preços;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pedra de Mão (RACHÃO)	600 T		
2	Brita (Material Rocha Triturada) nº0	600 T		
3	Brita (Material Rocha Triturada) nº1	300 T		
4	Brita (Material Rocha Triturada) nº3	50 T		
5	Brita Corrida	15.000 T		
6	Pó de Pedra	120 T		
7	Areia Fina Industrial	100 T		
8	Areia Lavada	900 T		
9	Bloco Conc. Estrutural 14X19X39cm	5.100 UND		
10	Bloco Calha Estrutural 14X19X39cm	1.200 UND		
11	Sarrafo ou Tábua 30 cm (10x2) cm	300 MT		
12	Sarrafo ou Tábua 30 cm (30x2,5) cm	300 MT		
13	Aço CA-50 (1/2" ou 12mm)	200 KG		
14	Aço CA- 50 (3/8" ou 10mm)	1.000 KG		
15	Aço CA-50 (5/16" ou 8mm)	1.000 KG		
16	Aço CA- 60 (1/4" ou 6,3mm)	500 KG		
17	Aço CA- 60 (3/16" ou 4,2mm)	500 KG		
18	Anel Concreto pré-mold. Diam.60x Alt. 30 cm	400 UND		
19	Anel Concreto prémold. Diam.60x Alt. 15 cm	400 UND		
20	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 500mm	300 MT		
21	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 400mm	3.500 MT		
22	Tubo de conc. PS P/A.P. DIAM. 300mm	4.000 MT		
23	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 600mm	300 MT		
24	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 800mm	100 MT		
25	Tubo de conc. PA-1 P/A.P. DIAM. 1000mm	100 MT		
26	Cimento CP III	4.000 UND		
27	Caixa de ralo de conc. 30x90x90	600 UND		
28	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x30cm	2.000 UND		
29	Tijolo Cerâmico Furado 10x20x20cm	2.000 UND		
VALOR GLOBAL				



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO**

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob pena das sanções previstas no artigo 155, Inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2025, que os representantes legais da sociedade empresária não têm vínculo de parentesco com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme orientação expressa no Informativo de Licitações e Contratos nº. 149 do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2420/2013 – Primeira Câmara, TC 008.748/2000-9).

Queimados, RJ, _____ de _____ de 2026.

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO VIII - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N° _____

CONTRATO N°	
CONTRATADA	
DATA DA SOLICITAÇÃO	
LOCAL DE ENTREGA	
PRAZO DE ENTREGA	
DATA DE ENTREGA	

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTOAL

OBSERVAÇÕES:

Declaro que a relação de itens solicitados acima está relacionada diretamente ao objeto e natureza do contrato em tela;

Declaro de que estou ciente que não poderá existir troca ou alteração na descrição dos itens solicitados nesta ordem de fornecimento e que serão conferidos quando do recebimento dos mesmos, nos moldes das cláusulas contratuais.

Assinatura e identificação do servidor responsável

Assinatura e identificação da empresa